PREÇOS MÉDIOS DE TERRAS

Segundo semestre de 1999 – Em reais

DISCRIMINAÇÃO	LAVOURAS HA\ANO	EXP. ANIMAL HA/ANO	ENG. EST. ANIMAIS CAB.\MÊS	LAVOURAS HA	CAMPOS HA	PASTAGENS HA	MATAS HA
Região Norte	136,32	53,34	3,81	395,19	76,44	237,18	127,49
Rondônia	125,39	58,88	2,97	518,75	202,50	321,91	201,59
Acre	...	89,55	5,18	397,19	130,32	329,37	143,85
Amazonas	126,33	90,44	7,14	754,23	218,02	503;13	121,02
Pará	156,56	68,76	4,47	297,36	64,33	207,79	102,58
Tocantins	128,01	44,68	3,34	257,70	66,68	231,80	112,27
Região Nordeste	112,34	73,96	7,93	429,56	204,93	330,05	184,56
Maranhão	74,70	59,14	5,77	241,99	92,78	232,31	160,79
Piauí	77,91	...	9,90	149,15	47,97	232,06	85,17
Ceará	90,27	64,54	7,33	207,33	97,36	127,35	125,87
Rio Grande do Norte	122,99	70,44	8,00	458,75	299,14	288,33	197,25
Paraíba	130,62	75,18	8,44	312,38	171,29	239,67	137,56
Pernambuco	168,44	83,70	8,60	643,16	339,83	483,45	201,25
Sergipe	143,53	116,43	11,26	1.094,79	471,03	714,18	363,99
Bahia	295,27	97,47	8,53	653,91	265,65	406,94	247,92
Região Sudeste	188,16	72,83	6,56	2.027,83	704,79	1.004,15	439,52
Minas Gerais	139,06	70,09	6,59	1.209,77	459,64	667,81	399,81
Espírito Santo	406,87	69,97	6,18	1.356,76	781,93	900,18	532,50
Rio de Janeiro	489,20	94,51	7,71	1.746,40	1.097,47	1.191,03	950,99
São Paulo	...	...	6,04	2.805,79	1.327,76	1.958,66	...
Região Sul	147,91	44,23	4,12	2.206,65	1.196,59	1.086,12	940,22
Paraná	204,16	96,93	5,50	2.634,75	1.337,13	1.725,45	1.009,39
Santa Catarina	201,19	76,33	6,69	1.891,78	885,12	1.048,09	839,37
Rio Grande do Sul	110,12	37,23	3,82	1.901,83	...	827,93	...
Região Centro-Oeste	96,95	57,91	4,74	1.033,39	401,40	662,70	347,37
Mato Grosso do Sul	105,41	56,02	4,74	1.164,08	493,53	715,14	540,05
Mato Grosso	81,21	51,47	3,88	653,59	241,21	462,06	238,66
Goiás	93,68	61,05	5,09	1.152,49	418,32	750,47	515,97
Distrito Federal	102,50	35,00	5,20	2.000,00	883,33	1.300,00	900,00
Brasil	130,70	58,31	5,30	1.441,96	448,40	694,65	272,11

Fontes dados primários: Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.
Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.

Em fins de 1999, para o Brasil como um todo, um hectare de terras de lavouras valia 3,2ha de campos, 2,1 de terra de pastagens naturais e 5,3 de matas. Como parâmetro de comparação, em 1990 esses preços relativos eram de 2,5; 1,8 e 3,6ha respectivamente.

PRESERVAÇÃO DAS MATAS

A maior desvalorização do preço das terras com matas naturais está ligada a questões ambientais.

A imprensa vem noticiando desde há muito tempo o intenso desmatamento que se processa em todo o território nacional. Pelo lado da oferta de terras, a pressão deveria ser altista, já que essas terras se tornaram mais escassas.

A desvalorização leva a pensar em um reflexo da menor demanda decorrente do receio de que a atenção da sociedade e de organismos responsáveis venha a impedir a conversão de terras de mata, baratas, em terras de lavoura, mais caras, por meio do desmatamento. Mas talvez estejam faltando mecanismos de aquisição dessas terras por representantes da sociedade, como já ocorre em vários países, para criar reservas naturais preservadas.

E-mail: mjeyhlar@fgv.br

POLÍTICAS PÚBLICAS

Nova energia

A força gasta em críticas às ações de governo deve ser canalizada em uma nova energia em favor das mudanças de fundo

MAURO DE REZENDE LOPES

A abertura da economia começou em 1989. No ano seguinte, implantou-se a redução das tarifas de importação. Só que as reformas complementares a uma abertura correta – reformas do sistema financeiro, tributária, fiscal etc. –, ainda

hoje necessárias, engrossam a lista mundialmente conhecida como *unfinished business*. Isso gerou um custo financeiro, econômico e social para a economia como um todo e para os setores agroindustriais. Ainda por cima, em 1994 instalou-se uma política que resultou em defasagem cambial de 20%, de acordo com um estudo feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Sem condições de competir

Com a redução das tarifas de importação e o câmbio defasado, acirrou-se no mercado interno a concorrência entre o produto nacional e o importado. Cresceram rapidamente as importações de produtos agroindustriais. A sociedade passou a ver produtos importados baratos nas prateleiras dos supermercados, generalizando-se a idéia de que algumas agroindústrias não eram competitivas. Essa idéia gerou um relativo conformismo: se as agroindústrias não eram competitivas, não havia muito o que fazer para evitar a desestruturação de muitos setores produtivos agroindustriais.

Na verdade, as reformas incompletas custaram muito caro às agroindústrias brasileiras. Reformas incompletas implicam condições não eqüitativas de concorrência – e sem condições eqüitativas, não se pode competir.

A Argentina – um país com o qual competimos tanto nas exportações como nas importações – foi muito mais ágil em introduzir reformas profundas em sua economia. Um exemplo foi a eliminação dos impostos de exportação. A lei Kandir só eliminou o ICMS nas exportações seis anos depois dos argentinos, que fizeram ainda reformas fiscais e reduziram os encargos sociais, mantendo ainda um custo financeiro idêntico aos praticados nos mercados externos.

O que se discute aqui é o peso social das políticas públicas (*positivas* e *negativas*) sobre a capacidade de sobrevivência e competição das cadeias agroindustriais brasileiras em um ambiente econômico em que as reformas não aconteceram na seqüência correta e de forma completa. Mas, admitindo que o Brasil tivesse feito suas reformas, será que poderíamos competir com o vigor que – como todos sabem – têm as agroindústrias brasileiras? Afinal de contas, quais os custos sociais da perda de emprego, produção e divisas na importação e na exportação?

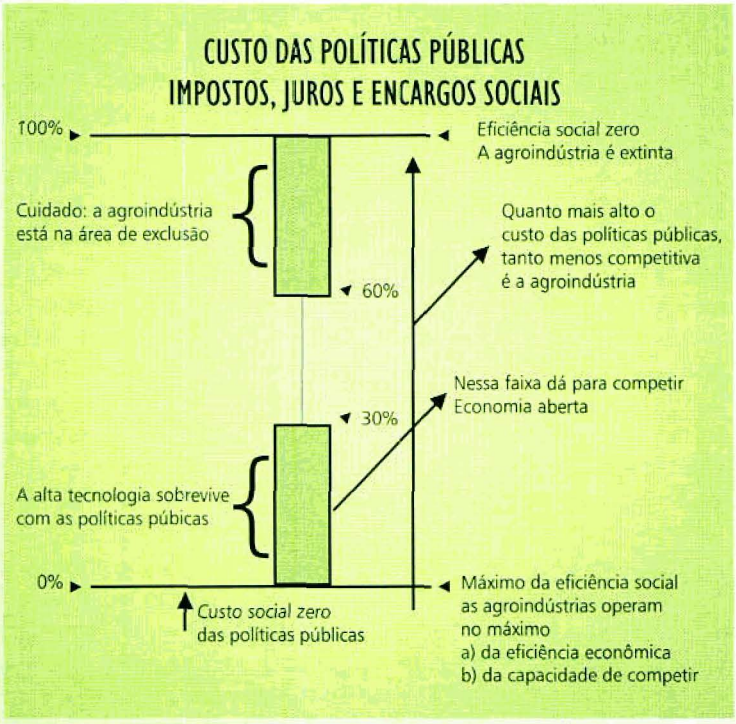
Políticas adotadas

Algumas políticas públicas beneficiam as cadeias produtivas e realçam enormemente a eficiência econômica e a competitividade do agribusiness brasileiro, como a pesquisa agropecuária, cujos efeitos se fazem sentir nos elevados níveis de eficiência das agroindústrias nacionais.

Em contrapartida, as cadeias agroindustriais brasileiras estiveram oneradas com impostos diretos como o ICMS, o PIS, o Cofins, o IPI e o IR; pagavam juros mais elevados do que os que prevaleciam no mercado internacional e tinham altos encargos sociais – muito embora o governo tenha tentado reduzi-los através do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, que diminuiria em 42% os encargos incidentes sobre a folha de pagamento.

Os custos dos impostos e dos componentes de políticas públicas do custo Brasil eram elevados em larga medida devido à falta de reformas de políticas públicas, tais como as reformas tributária e fiscal, essa última de grande importância para o país.

Mas e o peso social desse conjunto de políticas? O setor agroindustrial e o país ganharam ou perderam em termos financeiros e sociais, no final das contas?



Hipóteses testadas

Existem cadeias competitivas nas agroindústrias brasileiras, até mesmo nas atividades em que a sabedoria comum acredita que o país não é competitivo (como nos casos do trigo, do leite em pó e do algodão). Mas as próprias cadeias mais competitivas podem estar passando por dificuldades de sobrevivência devido aos custos de juros, encargos e impostos.

A não reforma nas políticas monetária, tributária, fiscal e cambial afetou profundamente as agroindústrias brasileiras. O montante dos efeitos do câmbio defasado, dos juros elevados, dos impostos e dos encargos sociais pode ser alto demais para algumas cadeias já fragilizadas. E a falta de instrumentos de política de defesa da concorrência trouxe prejuízos para as agroindústrias brasileiras.

Até porque quanto menores as margens de competitividade, medidas pelas margens líquidas geradas pelas cadeias, mais necessário será racionalizar as políticas públicas, ou seja, mais do que nunca são necessárias e urgentes as reformas propostas pelo Poder Executivo.

Finalmente, se houve desorganização de cadeias agroindustriais importantes, como as do trigo, do algodão, do leite em pó e do arroz, em grande parte isso se deveu ao custo de políticas públicas resultantes da não aprovação das reformas mais urgentemente propostas.

Medindo o perigo

Com o objetivo de medir o impacto das políticas públicas na eficiência econômica e na competitividade das cadeias agroindustriais brasileiras e discutir a urgente necessidade de introduzir reformas impostergáveis nessas políticas, foram construídos indicadores de desempenho de eficiência privada e social que permitissem estabelecer comparações relativas entre as cadeias agroindustriais, hierarquizando-as através da medida de sua competitividade, de forma a indicar quais as mais fortes, quais as mais fragilizadas e quais as ameaçadas diretamente pelas atuais políticas de juros, encargos sociais e impostos.

Interessa comparar indicadores de eficiência econômica – privada e social – entre os setores agroindustriais, conferindo destaque àqueles que possivelmente estão atingindo uma zona de exclusão, ou seja, setores gravemente ameaçados de extinção gradual, por perda de competitividade.

Foram construídos indicadores de eficiência econômica e competitividade para 15 macrocadeias agroindustriais brasileiras: soja-grão para exportação; farelo e óleo de soja; milho e frango; açúcar e álcool; café torrado e moído e café para exportação; leite fluido B e C; leite em pó; algodão em pluma; trigo e farinha de trigo; arroz e feijão.

Estudaram-se 44 subcadeias agroindustriais de estados brasileiros além de algumas cadeias na Argentina e no Uruguai. Além da construção dos indicadores básicos, foram feitos 15 testes para medir os efeitos da defasagem cambial, da falta de impostos compensatórios e os efeitos dos créditos concedidos pelos exportadores estrangeiros aos importadores nacionais sobre o desempenho de cadeias agroindustriais selecionadas.

Simples contabilidade

O modelo é relativamente simples, embora exigente em termos de dados detalhados. Consiste em uma estrutura de matrizes contábeis para todos os elos que compõem as cadeias agroindustriais no Brasil. Além de fornecer indicadores de desempenho das cadeias aos órgãos públicos, permite a qualquer setor, com a mão-de-obra disponível nas próprias empresas, montar suas estruturas de custos em todos os elos da cadeia e utilizá-las para discutir preços, margens, peso de impostos, negociar entre os representantes dos elos melhores condições de integração entre os setores da cadeia e estabelecer mecanismos de coordenação dentro das cadeias. Trata-se de um método de contabilidade simples.

Os elos da produção, do transporte, do processamento e industrialização e o elo do transporte até o atacado – onde terminam as comparações – são organizados de forma seqüencial tal como a que existe hoje no mercado.

As colunas representam o conjunto de custos, preços, receitas e margens privadas como são percebidos hoje – naturalmente pelo setor privado –, a preços correntes de mercado.

Cada elo tem sua própria matriz contábil. Em seguida construímos uma coluna com os mesmos dados com impostos reduzidos, sem tarifas, com custos de encargos sociais propostos no Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, com juros de 9% anuais, e comparamos os indicadores de ambas – para medir principalmente o custo das políticas públicas.

A metodologia usada no trabalho de pesquisa pode ser encontrada de uma forma mais rigorosa e definida em melhores níveis de detalhe na pesquisa original que gerou este texto.

Analisando resultados

A tabela mostra as margens líquidas atuais das agroindústrias brasileiras (coluna A), a preços correntes de mercado. A margem do leite C (primeira linha das agroindústrias) é de R$0,01/litro no final da cadeia, para uma receita total da cadeia, no atacado, da ordem de R$0,32/litro. Portanto, a margem líquida atual é de 3,13%.

As margens líquidas possíveis de ser atingidas com redução de impostos e encargos sociais, com custos de capital nos mesmos níveis internacionais, preços de insumos importados sem impostos e custos dos produtos da cadeia sem proteção tarifária estão na coluna B.

As margens líquidas finais das cadeias na unidade do produto final poderiam ser atingidas, com a vantagem de serem as de máxima eficiência social. As cadeias estariam livres para competir, mostrando sua força de eficiência, sem ônus que representam perdas de produção, emprego, renda etc. No caso do leite C, se eliminássemos os impostos mencionados, a margem líquida da cadeia no atacado aumentaria de R$0,01/litro para R$0,06/litro.

Na penúltima coluna da tabela, na margem direita, está a relação entre as margens atuais e as potenciais socialmente ótimas. É um indicador de eficiência e competitividade muito importante: indica o quanto a margem atual representa como percentual da margem potencial sem os impostos mencionados. No caso do nosso exemplo, a margem líquida do leite C é de R$0,01/litro e a margem potencial com reformas é R$0,06/litro. Logo, a margem atual é apenas 16,76% daquela que poderia ser atingida com a desgravação dos impostos.

A última coluna da direita do quadro é a mais importante. Ela mostra a perda de rentabilidade social e potencial da cadeia devido ao conjunto de impostos mencionados. Por outras palavras, a falta da redução das políticas de impostos, juros e encargos sociais acarreta, no caso do leite C, a extraordinária perda de 83,33% de uma margem potencial, socialmente ótima, que poderia ser atingida com as reformas e a redução desses impostos. A coluna indica o quanto as políticas públicas cobram seu custo das cadeias agroindustriais em relação ao que poderia ser alcançado com as reformas e redução de impostos excessivos.

Escolhemos propositadamente as cadeias mais eficientes na agroindústria brasileira para reforçar nosso argumento de que, mesmo para as agroindústrias mais eficientes, as políticas de impostos, juros e encargos sociais estão ameaçando algumas cadeias que ainda apresentam níveis de competitividade bastante razoáveis.

Todas as cadeias estudadas são competitivas. Apesar das políticas de impostos, juros e encargos sociais, elas conseguem gerar uma margem líquida positiva a preços de mercado, no produto final da cadeia.

Entretanto, alguns produtos têm margem extremamente exígua: o leite C, o açúcar, o álcool, a soja de exportação e o algodão. Apresentam margens líquidas bastante baixas em suas cadeias mais eficientes no Brasil. Esses produtos estariam eventualmente ameaçados por uma sobrecarga de impostos juros e encargos

MARGENS LÍQUIDAS ATUAIS DAS AGROINDÚSTRIAS – PRINCIPAIS AGROINDÚSTRIAS BRASILEIRAS CUSTO EFETIVO DAS POLÍTICAS DE IMPOSTOS, JUROS E ENCARGOS SOCIAIS

AGROINDÚSTRIAS	MARGEM LÍQUIDA ATUAL (%) (A)	MARGEM LÍQUIDA SEM O CUSTO DAS POLÍTICAS (MÁXIMA EFICIÊNCIA SOCIAL) % (B)	RELAÇÃO ENTRE AS MARGENS ATUAL E POTENCIAL[1] (%) [(A)/(B)*100]	CUSTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS[2] (%) [(B)-(A)/(B)*100]
Leite C (R$/litro)	3,13	18,75	16,67	83,33
Açúcar (R$/t)	6,86	27,78	24,68	75,29
Soja Exportação (R$/t)	8,41	27,48	31,08	69,42
Alcool (R$/1.000l)	7,92	25,49	32,12	68,93
Algodão (R$/t)	15,44	30,73	48,97	49,75
Feijão de Cores (R$/t)	36,13	53,31	67,77	32,23
Café Torrado e Moído Conillon (R$/t)	27,71	40,32	68,73	31,27
Arroz de Sequeiro (R$/t)	24,55	34,04	72,11	27,89
Café Exportação (R$/t)	39,28	53,44	73,49	26,51
Leite B (R$/litro)	24,07	31,48	76,47	23,53
Trigo Nacional Farinha Brasil (R$/t)	49,50	61,80	80,26	19,91
Feijão Preto (R$/t)	42,45	51,98	81,66	18,34
Leite em Pó Importado (R$/t)	24,94	29,98	83,21	16,79
Frango Mercado Interno SP (R$/t)	30,56	34,13	89,54	10,46
Milho Argentino Frango Brasil (R$/t)	35,55	38,47	92,41	7,59
Frango Exportação SC (R$/t)	41,50	44,32	93,62	6,38
Trigo Importado Farinha Brasil (R$/t)	25,03	25,75	97,17	2,83

Fonte: Resultados dos modelos.

[1] Indica o quanto a margem atual representa como percentual da margem potencial sem as políticas.

[2] Indica o quanto a margem da cadeia aumentaria caso fossem reduzidas as políticas públicas que agravam o setor.

sociais. Precisam ser desoneradas sob pena de estarem na área de exclusão, de extinção gradual.

Ameaças de exclusão

A coluna b – margem líquida – mostra que para um grande número de produtos, sem o custo das políticas públicas, caso fossem reduzidos os impostos, os juros e os encargos sociais, essas margens poderiam melhorar substancialmente. Sem esses gravames, os índices de rentabilidade social são mais elevados do que os da rentabilidade privada atual. A margem líquida que seria possível atingir com reformas profundas nas políticas públicas mostra o potencial de rentabilidade, capacidade de competir e eficiência econômica das cadeias brasileiras.

Para o leite C, de longe a cadeia mais ameaçada de exclusão, a margem líquida atual passaria de 3% para 19%. As políticas públicas de algodão, soja de exportação, álcool, açúcar e leite, necessitam de reforma urgente para competir e sobreviver.

A coluna sobre relação entre margens atuais e potenciais, que mostra o percentual da margem atual sobre a margem de máxima eficiência social, indica para o leite C que a margem atual representa apenas 17% do potencial de rentabilidade da cadeia no máximo da sua eficiência social, caso fossem feitas as reformas políticas necessárias. Para os outros quatro produtos mencionados, a rentabilidade atual é um quarto da potencial. Quanto menores esses números, mais as cadeias são dependentes de reformas nos impostos, juros e encargos sociais.

Acima das vicissitudes

Os valores próximos de 100% na penúltima coluna significam que a desgravação de impostos, juros e encargos sociais não causaria tanto impacto assim sobre as margens atuais. Isso ocorre nas cadeias de alta tecnologia relativa, capazes de sobreviver a políticas de impostos, juros e encargos sociais adversos.

Finalmente, a última coluna da direita da tabela mostra a perda de rentabilidade e eficiência social dos setores agroindustriais devido a políticas de impostos. Ela mede o desperdício de recursos produtivos que a sociedade tem que pagar pela demora em introduzir as reformas de que o país tanto necessita.

Rentabilidade pelo ralo

Todos perdem em não operar com a máxima eficiência social de que as cadeias são capazes: produtores, trabalhadores, transportadores, indústrias, toda a sociedade. São bilhões de reais que poderiam ser gerados na economia. Basta multiplicar a margem de máxima eficiência pelo volume de produção, admitindo que os preços não se alterariam com o crescimento da produção – pressuposto não muito heróico, porque falta produção e sobram importações e consumidores necessitando de comida.

Esses números têm que ser interpretados com muito cuidado. Eles indicam que a margem líquida atual é tão baixa que é absolutamente imprescindível para as cadeias potencial ou gravemente ameaçadas a introdução de reformas nos impostos, juros e encargos sociais, sob pena de se desorganizarem e desestruturarem.

As cadeias do leite C, do açúcar, do álcool, da soja de exportação e do algodão estão ameaçadas pelo custo das políticas públicas, em termos de perda de rentabilidade social, de 50 a 83%, do algodão ao leite C (gráfico).

Ilustrando a realidade

O gráfico é um termômetro que indica até que ponto o custo das políticas públicas onera as cadeias através de impostos, juros e encargos sociais, a ponto de eventualmente ameaçá-las de extinção. No limite inferior, temos um custo zero dessas políticas públicas sobre a rentabilidade das cadeias.

Quando o custo social das políticas públicas é zero, a cadeia está no máximo de sua eficiência social: as agroindústrias operam no máximo de sua eficiência econômica e capacidade de competir. Entre 0 e 30% esse indicador mostra uma faixa em que a cadeia agroindustrial pode competir em um regime de economia aberta, mesmo que as políticas lhe sejam adversas.

Entretanto, a situação mais grave ocorre no topo da escala do termômetro de custo das políticas públicas. Quando esses custos ultrapassam 60% e atingem 100%, o indicador recomenda extrema cautela, pois a agroindústria está na área de exclusão. Ainda que sejam competitivas – gerem lucro privado positivo –, o peso das políticas públicas as torna ineficientes para atrair investimentos e até sobreviver.

No nível de 100% de custo das políticas públicas, a eficiência social da agroindústria é zero, e eventualmente ela será extinta ou é forte candidata à extinção. Assim, quanto mais alto o custo das políticas públicas, menos competitiva é a agroindústria e mais estará ameaçada de exclusão.

Hierarquia da ameaça

É possível hierarquizar as agroindústrias brasileiras de acordo com o custo das políticas públicas. Cinco delas estão ameaçadas pelo custo das políticas públicas – impostos, juros e encargos sociais: leite C, álcool, açúcar, soja de exportação e algodão, cujo custo em questão supera 60%. Cuidado especial deve ser dispensado a essas cadeias, sob pena de graves problemas de sobrevivência e competitividade.

A parte inferior da tabela informa que o frango de exportação consegue conviver com o custo das políticas públicas devido a sua alta tecnologia de conversão – 1,86kg de ração por 1kg de frango vivo.

Não fazer as reformas constitui grave problema, mas não significa que as cadeias agroindustriais brasileiras não sejam competitivas e muito menos que se deva deixá-las entregues a um processo de desorganização e desestruturação responsável por números elevados de desemprego rural como no caso do algodão – cultivo de pequenos produtores, o que confere ao setor uma grande importância social.

Cálculos feitos para outros produtos que reduziram a área de cultivo ou a produção nos segmentos de pequenos estabelecimentos, como no caso do leite, mostram que o desemprego rural pode crescer ainda mais. Não conhecemos sua extensão exata porque não existe no Brasil um acompanhamento do desemprego rural, como no caso do emprego urbano-industrial.

Políticas recomendáveis

Se competíssemos em igualdade de condições com a Argentina, teríamos agroindústrias fortemente competitivas no Brasil.

De acordo com o critério de melhor uso de recursos domésticos, em que se destacam o trabalho e o capital, já que a terra é um fator relativamente abundante, temos que priorizar as reformas das cadeias que têm, na sua composição de custos, elevada participação desses recursos. Nessa linha, as reformas de políticas deveriam tomar como prioridade a soja-grão e as cadeias do complexo sucroalcooleiro. Entretanto, no caso de farelo e óleo de soja para exportação, é urgente a desgravação do ICMS nas transações interestaduais da matéria-prima.

Em termos do critério de geração de divisas, usando poucos recursos internos, a soja-grão e o complexo sucroalcooleiro merecem especial destaque enquanto conjunto de cadeias de alto potencial de crescimento nas exportações. E em termos de necessidade de redução de tributos internos, de novo a soja-grão, açúcar e café merecem especial destaque.

Entre os produtos importáveis, usando-se o critério de maior e mais eficiente uso dos recursos domésticos, há dois setores em condições muito delicadas de competitividade: o algodão e o leite C. Seus indicadores apontam para um baixo grau de sobrevivência na concorrência com produtos importados. Merecem especial cuidado por parte dos formuladores de políticas, sob pena de pesadas perdas nos níveis de emprego do setor – ambos são setores trabalho-intensivo e suas cadeias estão severamente ameaçadas.

Também se destacam o algodão e o leite C em termos de economia de divisas gastas com importações. Desgravar essas duas cadeias significa aumentar o emprego e economizar divisas, combinação suficiente para conferir prioridade aos dois setores.

Pelo critério de necessidade de desoneração tributária, os produtos prioritários são o chamado "novo algodão" (de alta tecnologia) e o algodão cultivado dentro dos padrões tradicionais, para os quais o peso dos encargos tributários restringe a capacidade de competir.

Para que o setor agroindustrial brasileiro possa sobreviver e competir no mercado internacional numa economia aberta, é fundamental discutir, sugerir mudanças e apoiar os programas de reformas propostos pelo Executivo nas áreas de políticas tributárias e fiscais. Interessa à agricultura apoiar de forma irrestrita esses programas, sob pena de continuar pagando o preço das reformas incompletas. A força gasta em críticas às políticas públicas que não foram reformadas deve ser canalizada em uma nova energia em favor das mudanças de fundo; quanto mais tardarem as reformas, mais prejudicados serão os setores reais da economia.

Mauro de Rezende Lopes é economista e pesquisador do Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas. E-mail: mrlopes@fgv.br.